

RECURSO ESPECIAL Nº 1.662.576 - SP (2015/0152915-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : IVO ZARZUR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO : AURELIO FRANCO DE CAMARGO - SP256829
RECORRIDO : JEAN PIERRE VILLAPANDO
ADVOGADO : CHRISTIAN DONATO VILLAPANDO - SP186665

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pelo **IVO ZARZUR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 169, e-STJ):

AÇÃO MONITÓRIA - Prescrição - Ocorrência - Contrato de compromisso de compra e venda de imóvel já quitado - Cobrança de saldos residuais consistentes em atualização monetária e juros, incidentes em razão da demora na liberação do financiamento tomado pelo Réu - Impossibilidade - Causa interruptiva de prescrição - Inexistência - Início do prazo prescricional de cobrança (vintenário) na vigência do CC/191 - Aplicação das regras do CC/2002, após a entrada em vigor deste diploma - Art. 2.028 do CC/2002 - Prescrição trienal - Art. 206, §3º, III, do CC/2002 - Ação proposta após o decurso do prazo - Prescrição reconhecida - Sentença confirmada pelos próprios fundamentos, inteiramente adotados como razão de decidir, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça - Recurso desprovido.

Em suas razões de recurso especial, a Recorrente aponta ofensa aos artigos 202, V, do CC/02, 219, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que: (i) a prescrição foi interrompida pelo ajuizamento da ação declaratória pelo devedor, ora recorrido; e (ii) deve ser afastada a prescrição, com a consequente determinação de retorno dos autos à origem para o prosseguimento da demanda.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 213/216, e-STJ), o apelo foi inadmitido na origem (fls. 218/219, e-STJ).

Em decisão monocrática deste signatário (242/243, e-STJ), o reclamo foi convertido em recurso especial.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **merece prosperar**.

1. Com efeito, consoante entendimento desta Corte Superior, "a propositura de ação judicial que importe em impugnação do débito de cártula representativa do direito do credor é causa interruptiva da prescrição"(AgInt nos EDcl no AREsp 1106100/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. DÍVIDA NÃO PRESCRITA. AÇÃO JUDICIAL DE INTERRUÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. ART. 535, I E II DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não merece acolhida alegada vulneração do art. 535, I e II, do CPC/1973. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal é assente no sentido de que "a propositura de demanda judicial pelo devedor, seja anulatória, seja de sustação de protesto, que importe em impugnação do débito contratual ou de cártula representativa do direito do credor, é causa interruptiva da prescrição" (REsp 1.321.610/SP, TERCEIRA TURMA, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 27/2/2013).

3. A análise da pretensão recursal sobre alegada ausência da prescrição demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgInt no AREsp 958.041/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. AJUIZAMENTO. AÇÃO REVISIONAL. OBJETIVO. IMPUGNAÇÃO. DÉBITO. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA. SÚMULA N. 83/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. A propositura de ação judicial que importe em impugnação do débito de cártula representativa do direito do credor é causa interruptiva da prescrição. Precedentes. Incidência da Súmula 83 desta Corte.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1106100/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018)

Dessa forma, tendo sido ajuizada demanda pelo devedor, ora recorrido, visando discutir o crédito de titularidade da recorrente - credora -, restou interrompido o prazo prescricional, e tendo aquela ação transitado em julgado em 2010 e esta sido proposta dentro do prazo prescricional, os autos devem ser remetidos à origem para o prosseguimento regular do feito.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de afastar a prescrição e, por conseguinte, determino o retorno dos autos à origem para o seu regular prosseguimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

